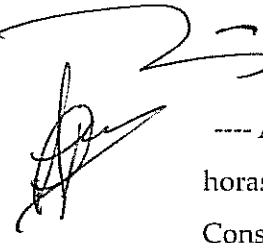


COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 6 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL



---- Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros:-----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Presidente	Joaquim Marques Bonifácio
Carregal do Sal	10.099	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	16.514	Presidente	José Fernando Carneiro Pereira
Mangualde	20.330	Vice-Presidente	Joaquim Manuel Patrício Ferreira
Nelas	13.861	Vice-Presidente	Alexandre João Simões Borges
Oliveira de Frades	9.415	Presidente	Luís Manuel Martins de Vasconcelos
Penalva do Castelo	8.819	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	11.563	Presidente	Leonel José Antunes Gouveia
São Pedro do Sul	17.274	Presidente	Vítor Manuel de Almeida Figueiredo
Sátão	13.992	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	29.213	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	Vice-Presidente	Joaquim Ferreira Seixas
Vouzela	10.171	Presidente	Rui Miguel Ladeira Pereira

---- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 7/01/2014; ---
- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 21/01/2014;--
- 3 - Análise e discussão do documento “Estratégia Viseu Dão Lafões 2020” no âmbito da preparação do próximo período de programação comunitária 2014-2020, nos termos do art.º 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 4 - Análise, discussão e aprovação da 1ª proposta de alteração orçamental para o exercício económico de 2014, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 5 - Análise, discussão e aprovação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a contratação de serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão, de acordo com a Informação de Serviço nº 025, de 27 de janeiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 6 - Análise, discussão e aprovação da proposta de anulação do procedimento de aquisição de serviço para a “Estruturação do Produto Turístico da Ecopista do Dão”, de acordo com a Informação de Serviço nº 023/2014, de 22 de janeiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 7 - Análise, discussão e aprovação da proposta de Protocolo a celebrar, no âmbito da participação da CIM na BTL 2014, entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Turismo Centro de Portugal;-----

----- 8 - Análise, discussão e aprovação da proposta de deliberação do Presidente do Conselho Intermunicipal para a definição de uma estratégia supramunicipal para a proteção civil, nos termos do ponto iii) da alínea d) do nº 1 do art.º 90º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 9 - Análise, discussão e ratificação do Despacho nº 001/2014, 10 de janeiro, do Secretariado Executivo Intermunicipal, que cria as equipas multidisciplinares e respetivos chefes de equipa, nos termos do nº 2 do art.º 34º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, conjugado com os nºs 3 e 4 do art.º 7º do Regulamento de Serviços da CIM Viseu Dão Lafões;-----

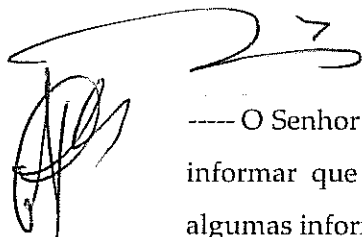
----- 10 - Análise, discussão e aprovação da proposta de renovação da deliberação de autorização de abertura de procedimentos concursais, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 46.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, n.ºs 2 e 3, do artigo 66.º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro e nos n.ºs 2 e 3, do artigo 64.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro;-----

----- 11 - Análise, discussão e aprovação da proposta de relatório final no âmbito do procedimento de aquisição de equipamentos de proteção individual, nos termos do art.º 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

----- Período de Antes da Ordem do Dia.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal informou os presentes que tinha solicitado a presença na reunião do Conselho do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----



----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, começou por informar que antes de passar a palavras aos membros do Conselho iria transmitir algumas informações de interesse regional. -----

----- Assim, começou por apelar à presença dos Senhores Presidentes no Conselho Regional, que iria ter lugar no dia 13 de fevereiro, às 15 horas, em Coimbra e que contaria com a presença do Senhor Ministro do Desenvolvimento Regional, Dr. Miguel Poiães Maduro. -----

----- Alertou também todos os presentes para a reunião que se iria realizar, nesse mesmo dia, mas pelas 10 horas, na CCDR, com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, Dr. Sérgio Monteiro, e que versaria a temática das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado. -----

----- Por último informou que no próximo dia 6 de março o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Castro Almeida, iria estar de visita à CIM para a realização de uma reunião de trabalho no âmbito da preparação do próximo período de programação fundos comunitários. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, Dr. Leonel Gouveia, que suscitou a problemática do horário de trabalho, em face da possibilidade de se passar a ter horários de 35 ou 40 horas de trabalho semanal, nomeadamente se não deveria haver uma posição conjunta e similar entre os municípios da CIM, no que foi secundado pelo Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, que começou por dizer que a Associação Nacional de Municípios Portugueses nada diz sobre este assunto e que tem constatado que há cada vez mais municípios a optar pelas 35 horas semanais. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António Jesus, que alertou os presentes para o facto de não ser claro o regresso às 35 horas semanais, nomeadamente para os municípios que passaram para as 40 horas, atendendo a que não existe suporte legal para a manutenção ou regresso a um horário de 35 horas semanais. -----

----- Propôs, ainda, que fosse solicitado um esclarecimento à Associação Nacional de Municípios para clarificar o enquadramento legal, o qual foi aceite. -----

----- De seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara do Sátão, Dr. Alexandre Vaz, que alertou para o facto de não haver sancionamento, por parte do Governo, para a passagem do horário de trabalho para as 35 horas, pelo que o preocupava a situação em que ficaria o município se o acordo nunca for sancionado pelo Governo. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que afirmou que existe uma Lei Geral e que para se negociar um horário diferente deveriam existir argumentos próprios para o fazer e que sem esses factos veria com dificuldade a legalidade do ato. -----

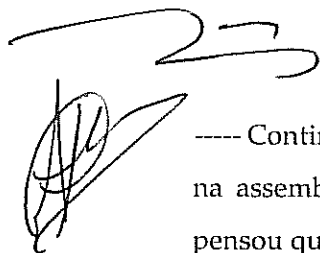
----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, em face de mais nenhum dos presentes pretender intervir sobre este assunto e convicto que estava a interpretar a vontade do Conselho informou os presentes que a CIM iria solicitar à Associação Nacional de Municípios Portugueses para se pronunciar sobre o assunto. ---

----- O Senhor Presidente do Conselho, Dr. José Morgado, informou o Conselho que tinha recebido um pedido de informação do Senhor Deputado Intermunicipal Fernando Figueiredo, do Município de Viseu, bem como um e-mail da Dr.ª Ana Paula Santana, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Lusitânia – Agência de Desenvolvimento Regional, informando que a mesma tinha ficado suspensa em virtude de ter sido proposto que a problemática que envolve a Lusitânia fosse resolvida no seio da CIM. -----

----- O Senhor Presidente transmitiu aos presentes que tinha dito ao Dr. Leonídio Figueiredo, da Comissão Liquidatária da Lusitânia, que a CIM Viseu Dão Lafões era uma coisa e que a Lusitânia era outra. -----

----- Quanto às questões suscitadas pelo Senhor Deputado Intermunicipal Fernando Figueiredo, informou que iria responder que as mesmas deveriam ser colocadas à Lusitânia porque a CIM nada tem a ver com a Lusitânia ou com as suas dívidas. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Senhor Rogério Abrantes, que esclareceu que a proposta de trazer o assunto Lusitânia para a CIM tinha sido dele, enquanto associado da Lusitânia e em face de alguns dos membros da Comissão Liquidatária afirmarem já nada terem a ver com a entidade que então representavam. -----



----- Continuou dizendo que uma outra razão prendia-se com o facto de ter sido dito, na assembleia geral da Lusitânia, que havia uma proposta da PT à CIM, pelo que pensou que em sede do Conselho Intermunicipal poderiam tentar resolver o problema.

----- Foi dada a palavra ao Senhor Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, que de uma forma sucinta esclareceu os presentes que relativamente a este assunto efetivamente houve uma proposta da PT aos municípios de que em face da rede de nível 2 não estar a funcionar, sendo responsabilidade da Lusitânia garantir o seu regular funcionamento, estavam na disposição de investir na rede de fibra ótica que estavam a apresentar aos municípios se a Lusitânia os desonerasse do pagamento da prestação relativa ao segundo semestre.-----

----- Em face da ausência de acordo, a PT honrou o seu compromisso e pagou a referida prestação semestral de acordo com o contrato em vigor.-----

----- O problema surge com o facto de entretanto a PT ter sido notificada pela Autoridade Tributária para entregar o valor relativo à prestação do 2º semestre para pagamento de dívidas fiscais da Lusitânia, o que fez, motivando, desta forma, um pagamento em duplicado relativamente ao contratualizado, uma vez que entregou à Lusitânia o montante referente à última prestação em dívida e simultaneamente entregou esse mesmo valor à Autoridade Tributária, pelo que agora exigem ser ressarcidos, pela Lusitânia, nesse mesmo montante.-----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal para questionar os presentes se mais alguém pretendia intervir sobre este assunto, em face da ausência de inscritos questionou o Primeiro Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, se pretendia intervir neste período de antes da ordem do dia relativamente a alguns dos projetos que a CIM tem em curso.-----

----- O Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, começou por informar que iria ser remetido um e-mail, a todos os Senhores Vereadores com o Pelouro da Modernização Administrativa, a convida-los a participar na reunião de kick-off do segundo projeto de Modernização Administrativa "1 Modelo, 14 Municípios", e que a mesma se iria realizar no dia 11 de fevereiro, uma vez que o projeto tem que ser executado física e financeiramente durante o corrente ano. Lembrou, ainda, que foi já no âmbito deste projeto que se levou a cabo a intervenção de Licenciamento Zero nos municípios.-----

----- Ainda sobre o projeto de Modernização Administrativa reiterou a importância de os municípios terem em pleno funcionamento o Balcão Online, não só porque o mesmo foi alvo de financiamento comunitário mas também porque esta nova intervenção assenta na maximização dos serviços aí disponibilizados. -----

----- Informou também o Conselho Intermunicipal que no âmbito da Rede Urbana para a Competitividade e Inovação o projeto "Viseu A ..." iria percorrer os municípios da Rede, Viseu, Tondela, Mangualde, São Pedro do Sul e Nelas, entre os dias 20 e 31 de maio. -----

----- Relativamente à Rede Regional de Empreendedorismo informou, também, o Conselho, que a mesma iria ser potenciada, recomeçando a capacitação dos técnicos, pelo que iria ser agendada uma reunião de trabalho, com todas as portas de entrada e agentes de suporte, tendo afirmado que iria ser remetido um e-mail a solicitar a confirmação dos novos interlocutores municipais para, num segundo momento, se preparar o upgrade a desenvolver ao nível da capacitação desses técnicos. -----

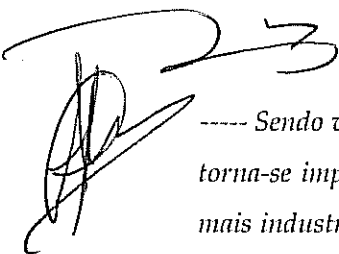
----- Por último informou o Conselho que a Comissão Intersectorial criada pela CCDR Centro, tinha solicitado que a CIM Viseu Dão Lafões fizesse chegar à equipa que está a preparar o CRER 2020, na CCDR Centro, os investimentos, no âmbito da rede escolar e nas áreas de acolhimento empresarial, em que a região ainda se encontra deficitária, isto porque estas duas tipologias de investimento estão identificadas como prioridades negativas no próximo período de programação comunitária. -----

----- Assim, o Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal informou que ia enviar um e-mail aos municípios a solicitar a informação. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que informou o Conselho que iria apresentar uma moção relativa as recomendações do "Grupo de Trabalho para o Investimento em Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado," mas que antes disso gostaria de chamar à atenção para a importância da ferrovia e que o seu município via com muita preocupação a extinção da Direção Regional de Economia, tendo tecido diversas considerações sobre esse facto.

----- De seguida apresentou a seguinte moção:-----

----- *Conhecidas as Recomendações do "Grupo de Trabalho para o Investimento em Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado", o Conselho Intermunicipal (CI) da CIM Viseu Dão Lafões considera fundamental que sejam salvaguardados princípios e opções que salvaguardem a competitividade do país e o desenvolvimento regional.*-----



----- Sendo vital apostar na criação de condições que promovam a competitividade das empresas, torna-se imprescindível garantir, neste plano, o potencial de crescimento económico das regiões mais industriais e exportadoras, como são o Centro e o Norte, que representam mais de 65% das exportações nacionais. -----

----- Nesse quadro, o eixo da A25 Aveiro/Viseu/Guarda é o principal corredor terrestre de expedição das nossas mercadorias para a Europa, desempenhando a região Centro um papel crucial na articulação logística dos fluxos de mercadorias para exportação, pelo que considera este CI que o corredor ferroviário Aveiro / Viseu / Vilar Formoso seja definido como absolutamente prioritário. -----

----- A concretização desse corredor pode beneficiar da reabilitação da linha da Beira Alta, na qual a ligação a Viseu deve ser tida como imprescindível, o que constitui um compromisso mínimo. Evitar-se-ia, assim, a duplicação de investimentos e um custo associado a uma ligação inteiramente nova. -----

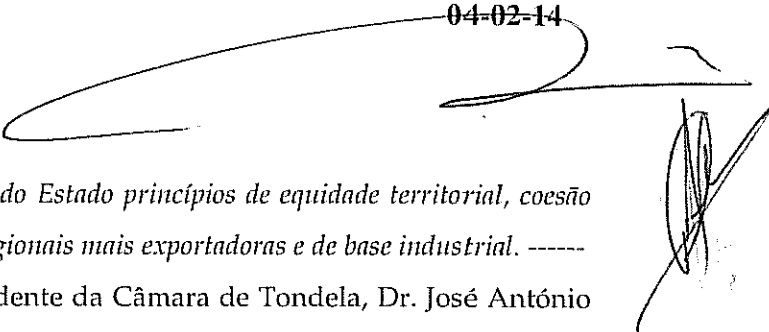
----- De igual modo se saúda o exercício do Grupo de Trabalho e sobretudo algumas opções, como a de fechar ligações inacabadas, como é o caso da ligação Viseu – Coimbra por rodovia. Este é um investimento essencial à conectividade da região, à competitividade económica e à coesão nacional. A sua prioridade é absoluta e peca apenas por muito tardia.

----- Constitui ainda para o CI da CIM Viseu Dão Lafões motivo de preocupação e de análise o volume de investimentos que se encontra sob debate público. O ciclo de fundos comunitários para 2014/2020 não parece ter programado mais do que mil milhões de euros, provenientes do Fundo de Coesão. -----

----- O CI da CIM Viseu Dão Lafões considera ainda motivo de extrema preocupação a decisão de extinção das Direções Regionais de Economia, tomada pelo Ministério da Economia no âmbito da sua Lei Orgânica. Esta decisão configura uma centralização prejudicial às economias regionais e às PME, que perdem um interface de proximidade nas dimensões de licenciamento e controlo da atividade económica, nos diferentes setores (indústria, comércio, serviços). -----

----- O desmembramento da estrutura territorial do Estado – e em particular dos organismos com vocação económica – constitui uma perda grave para a competitividade das regiões. A reforma do Estado deve, pelo contrário, reforçar as funções de desenvolvimento económico e apoio às empresas no território, contribuindo para a coesão nacional e o desenvolvimento regional. -----

----- Assim, recomenda o CI que o Governo tome em linha de conta, nas decisões a respeito do Plano de Investimentos em Infraestruturas de Valor Acrescentado, da estruturação dos



programas do Portugal 2020 e da Reforma do Estado princípios de equidade territorial, coesão nacional e competitividade das economias regionais mais exportadoras e de base industrial. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que começou por dizer que a CIM deveria ponderar o quadro de investimento público nestas redes, nomeadamente:-----

----- Se a duplicação do traçado é portajada? -----

----- Com que perfil?-----

----- Que tipologia de projeto? e-----

----- Que a CIM Viseu Dão Lafões deve ter uma voz pública relativamente a estes temas.

----- O Senhor Presidente da Câmara de Tondela continuou dizendo que o IP3 é o 2º maior investimento rodoviário, a seguir ao Túnel do Marão, já quanto à ferrovia esta tem uma maior indefinição sendo que também aqui teremos que reforçar o interesse estratégico regional. -----

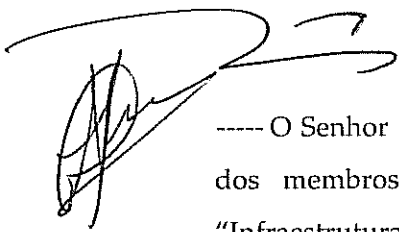
----- Continuou afirmando que não poderíamos deixar de realçar que é uma estratégia de investimento sem precedentes e que deveríamos afirmar que a Região estava muito interessada e que queria participar ativamente na discussão, tendo considerado que a CIM Viseu Dão Lafões deveria assumir esta perspetiva como uma bandeira da região.--

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Frades, Dr. Luís Vasconcelos, que reiterou a necessidade dos municípios serem ouvidos relativamente a estes projeto atendendo a que uma infraestrutura desta natureza poderá prejudicar fortemente os municípios de Oliveira de Frades e de Vouzela. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Eng. Rui Ladeira, para afirmar a sua concordância com o teor da intervenção do Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Frades, manifestando a sua vontade expressa de participar no processo de decisão. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Mangualde, Eng. Joaquim Patrício, que começou por afirmar que não conhece o estudo relativo a estes grandes investimentos, pelo que não tendo amadurecido uma opinião sobre este tema não se sente em condições de votar a presente moção.-----

Relativamente à questão da ferrovia devemos promover um estudo apurado sobre a mesma e o seu impacto. -----



----- O Senhor Presidente do Conselho, Dr. José Morgado, em função das intervenções dos membros do Conselho referiu que em face da temática do documento “Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado” a CIM iria tomar uma posição pública na próxima segunda-feira.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

----- Período da Ordem do Dia.-----

----- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos**, o senhor Presidente colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 07/01/2014, tendo questionado os membros do Conselho se pretendiam intervir sobre este ponto e tendo verificado que ninguém pretendia intervir colocou o mesmo a votação.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

----- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos**, o senhor Presidente colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 21/01/2014, tendo questionado os membros do Conselho se pretendiam intervir sobre este ponto e tendo verificado que ninguém pretendia intervir colocou o mesmo a votação.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma.-----

----- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente começou por informar o Conselho que tinha convidado o Prof. Doutor Rosa Pires bem como o Dr. Paulo Queirós e a sua equipa a estarem presentes nesta reunião para efetuarem um ponto de situação do trabalho.-----

----- Assim, de imediato deu a palavra ao Dr. Paulo Queirós que apresentou os principais eixos da Estratégia Viseu Dão Lafões.-----

----- Neste sentido começou afirmando que existindo uma forte diversificação da atividade económica, bem como diferenças significativas ao nível das qualificações, de dimensão, entre outras era importante estabelecer uma estratégia de crescimento inteligente, capaz de permitir um crescimento sustentável e inclusivo.-----

----- Continuou apresentando a abordagem estratégica que a sua equipa tinha adotado e a visão para Viseu Dão Lafões que tinham construído, apresentando, em simultâneo, as dimensões críticas dessa visão e a sua proposta de posicionamento. -----

----- Assim, considerou que seria de todo importante estabelecerem-se os domínios estratégicos, prioritários e de dinamização para o território. -----

----- Começou por apresentar diversas propostas de domínios prioritários, destacando-se, entre outros, a competitividade e a internacionalização empresarial; a inovação e desenvolvimento associada à investigação e ao empreendedorismo; o sistema urbano e a qualidade de vida; as alterações climáticas e riscos naturais; ambiente e recursos naturais; a educação e formação; a empregabilidade e a qualificação e a coesão social. --

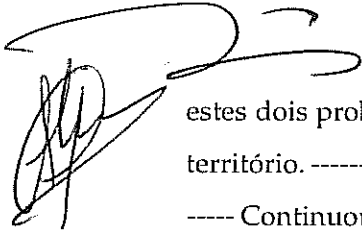
----- Já no que diz respeito a domínios de dinamização ressaltar a capacitação institucional e governança, a inovação social e as TIC. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho, Dr. José Morgado, que começou por agradecer a clareza da apresentação, contudo realçou que o documento não reflete os grandes investimentos à escala nacional e que têm impacto na região, nomeadamente a questão da rodovia e da ferrovia. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Mangualde, Eng. Joaquim Patrício, que começou por afirmar que em face do exposto a estratégia se encontra operacionalizada, contudo há áreas em que o diagnóstico feito o deixa muito preocupado, atendendo a que a maturidade dos projetos tem que ser elevada pelo que o preocupa se o plano estratégico não poderá colidir com as orientações de topo, deixando no ar a dúvida sobre o que teremos que por em prática, o plano estratégico ou as orientações provenientes do governo? -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António Jesus, que começou por afirmar que a estratégia determina um caminho pelo que teremos que ter um rumo e definir que território queremos ter daqui a 10 anos. -----

----- Afirmou, ainda, que o Conselho tem que determinar se a estratégia responde ao diagnóstico, pelo que teríamos que analisar se a estratégia esbatia as assimetrias ruralidade versus urbanidade, porque havia um conjunto de problemáticas que teriam que ser analisadas, tendo destacado o problema da natalidade, que era transversal ao País, e do envelhecimento, devendo-se pensar se a nossa rede está idealizada e estruturada, pelo que se deveria garantir que a estratégia era capaz de responder a



estes dois problemas e de que forma vamos articular esta estratégia com as DLBC's do território. -----

---- Continuou a sua intervenção identificando uma outra área de intervenção, a par da Saúde e Bem-Estar, que é o setor florestal, que deve ver reforçada a sua importância na região, até porque a maior mancha de pinho situa-se aqui. -----

---- O Senhor Presidente continuou a sua intervenção interpelando os presentes sobre a problemática do modelo de desenvolvimento regional que se pretende, se se pretendia um modelo de cidade região ou se pretendia um modelo assente numa região com diversos polos de desenvolvimento alavancados numa rede polinuclear de cidades com mobilidade pendular e sustentável. -----

---- Por último realçou a importância do modelo de governação e a presença do Estado no território, alicerçado numa reforma tecnológica que está presente na estratégia nacional, pelo queurgia que a comunidade definisse como é que se iria apoiar nessa reforma para que a diminuição da presença do Estado junto dos cidadãos fosse minorada e como é que este facto poderia ser gerador de atração de emprego. -----

---- Foi dada a palavra à Dr.ª Teresa Sá Marques, que começou por agradecer as questões suscitadas até ao momento, mas gostaria, desde já, de afirmar que o presente documento está enquadrado com o CRER, contudo falta saber se o mesmo está enquadrado nos Fundos Comunitários. -----

---- Relativamente ao plano estratégico garantiu a possibilidade de existirem projetos diversos para municípios diversos, mas que no global houve uma preocupação com a problemática da coesão urbana. -----

---- Afirmou ainda que era inegável que a existência de uma estratégia de reforço da cidade região em simultâneo com uma outra estratégia de implementação de redes potenciadoras das diversas cidades. -----

---- Continuou afirmando que uma das âncoras do plano serão as TIC e a mobilidade sustentável a que se poderia somar a eficiência energética. -----

---- Relativamente à problemática da natalidade a Dr.ª Teresa Sá Marques afirmou queurgia tomar consciência que em termos demográficos o problema era de extrema gravidade e que a resposta a este problema deveria ser nacional, atendendo a que não serão estratégias locais que o resolverão. -----

---- Foi dada a palavra ao Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, que começou por afirmar que o documento está muito amplo havendo o

perigo de se perder o foco , isto é, chamou à atenção para o facto de estarmos a falar de um novo paradigma de fundos comunitários, já que estávamos a falar de um quadro estratégico comum que pressupunha um acordo de parceria entre o Estado Português e Bruxelas.-----

----- Deu ainda nota, o Primeiro Secretário Executivo, que tendo em conta os recursos financeiros que estão alocados ao vetor competitividade, ao crescimento e ao emprego, o documento nada diz sobre a forma como a CIM e os seus municípios vão intervir nesta área e de que forma se vão organizar com os outros atores do território, como sejam a AIRV e as instituições de ensino superior.-----

----- Continuou o Primeiro Secretário, dando nota do facto de o documento não estar devidamente estruturado quanto à estratégia RIS 3 e que era importante demonstrar, de uma forma clara, como é que os recursos do nosso território se podem combinar de forma a gerar emprego e crescimento. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que começou por referir que o presente documento estava pensado e direcionado para alguns fundos, tendo suscitado a dúvida se o documento apresentado não estava estruturado para responder mais ao quadro que agora termina do que ao próximo.-----

----- Continuou afirmando que se pode depreender do documento que estamos preocupados com “trocós”, “mercearia”, tendo afirmado que o documento deveria ser capaz de apresentar a estratégia que se pretende implementar para nos levar ao lugar onde pretendemos estar daqui a 10 anos, sendo que considera que devemos ser capazes de o afirmar em poucas páginas. -----

----- Reiterou ainda a importância de se perceber que estão para ser decididos um conjunto de investimentos decisivos dos quais os expoentes máximos serão a ferrovia e a ligação rodoviária Viseu – Coimbra, pelo que havia um conjunto de reivindicações a fazer para garantir estes investimentos. -----

----- Salientou que se a Comunidade garantir a definição atempada de grandes metas, esse facto facilitará a adesão a outros financiamentos para outros projetos.

----- Relativamente à problemática da região unipolar versus região multipolar o senhor Vice-Presidente afirmou que apesar de não pretender aprofundar a temática, considerou que a Comunidade são 14 municípios, todos pequenos, apesar dos fluxos demonstrarem a existência de um circuito unipolar. -----

----- Concluiu afirmando que o importante era demonstrar que a Comunidade era atrativa mas que uma primeira leitura o documento não o evidenciava, pelo que entendia que ele deveria ser refeito dando-se mais ênfase à competitividade. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Eng. Rui Ladeira, que relativamente à problemática florestal afirmou que era importante apresentá-la como uma visão agroflorestal e como um pilar da Comunidade. -----

----- Foi dada a palavra ao Dr. Paulo Queirós para esclarecer o Conselho que com o presente documento se procurou ter um plano balanceado e que jogue em todos os "tabuleiros" sendo que deve ser dado à CIM o papel catalisador de toda a estratégia. ---

----- Foi dada a palavra ao Prof. Doutor Rosa Pires que começou por afirmar que o presente documento não apresenta muitas das ideias que Bruxelas advoga, como por exemplo, o conceito de especialização inteligente que favorece as áreas rurais, e que o documento nada diz. -----

----- Continuou afirmando que o documento não tem Região nem ligação da Região a Bruxelas, em suma, que faltava Europa ao documento. -----

----- Continuou afirmando que a estratégia não fazia justiça às mudanças que estavam a acontecer, até porque já o QREN era diferente dos anteriores QCA's, tendo aconselhado o reforço do pilar conhecimento, a uma definição clara dos objetivos, que fossem mensurados os resultados, definida uma estratégia de como se iriam atingir esses mesmos resultados, determinando, também, como os mesmos iriam ser medidos. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho que em face da ausência de pedidos de intervenção, agradeceu a presença do Dr. Paulo Queirós e da sua equipa, bem como a presença do Senhor Prof. Doutor Rosa Pires. -----

----- Passou de imediato ao **quarto ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho solicitou ao Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, que apresentasse a proposta de 1ª alteração orçamental, tendo este esclarecido, detalhadamente, todos os presentes, dos objetivos subjacentes a esta alteração, tendo-se colocado ao dispor dos presentes para efetuar qualquer esclarecimento adicional que entendessem por conveniente. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, que em face da ausência de pedidos de esclarecimentos colocou o ponto a votação. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o mesmo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho apresentou, pormenorizadamente, o teor da Informação de Serviço nº 025/2014, de 27 de janeiro, nomeadamente quanto à necessidade de ser lançado um novo procedimento de aquisição de serviços em virtude de o contrato anterior já ter cessado. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o mesmo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal solicitou ao Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal que esclarecesse as razões invocadas na Informação de Serviços nº 023/2014, de 22 de janeiro.

----- O Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal esclareceu o Conselho que o atendendo a que o projeto RUCI foi alvo de reformulação, no âmbito da reprogramação estratégica do QREN; e -----

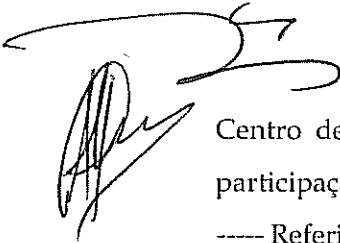
----- Considerando que apesar de continuar a ser um projeto inserido na RUCI as condições em que o mesmo foi aprovado se alertaram, nomeadamente quanto ao prazo de execução e objetivos a atingir; -----

----- O Senhor Presidente do Conselho em face da ausência de pedidos de esclarecimento colocou a mesma a votação. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o mesmo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho explicou ao Conselho que a presente proposta de Protocolo a celebrar com o Turismo



Centro de Portugal se enquadrava com o que habitualmente era celebrado para a participação conjunta na BTL.-----

---- Referiu ainda que se alguém pretendesse mais algum esclarecimento adicional o Dr. Nuno Martinho poderia esclarecer o âmbito da participação, com mais detalhe. ----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o mesmo. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **oitavo ponto da ordem de trabalhos** o Senhor Presidente do Conselho colocou à consideração do Conselho uma proposta de deliberação para a definição de uma estratégia supramunicipal para a proteção civil atendendo, inclusive, às diversas manifestações de vontade já expressas por diversos Presidentes. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que considerou excelente a proposta, considerando que a mesma lhe parecia ser consensual, até pela natureza do problema. -----

---- Continuou afirmando que se deveria ser ambicioso no sentido de se procurar ser uma referência no panorama nacional, atendendo que poderemos ser percussores nesta área. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Nelas, Dr. Alexandre Borges, que reiterou a importância da proposta apresentada, atendendo a que os Governos Cívicos foram extintos deixando de existir uma certa articulação supramunicipal que até aí havia. -----

---- Continuou afirmando que o projeto deverá, inclusive, analisar todas as possíveis áreas de intervenção bem como possíveis investimentos a realizar. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António Jesus, que alertou o Conselho para a necessidade de vir a existir uma delegação de competência dos municípios na CIM, para se materializar as eventuais ações que o estudo venha a propor. -----

---- Continuou a sua intervenção reiterando que também a ele lhe parece ser consensual a intervenção da CIM nesta área, nomeadamente nas áreas de planeamento de recursos e eventuais reduções de custos por vias de ganhos de escala. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o mesmo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **nono ponto da ordem de trabalhos** o Senhor Presidente do Conselho solicitou, ao Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, que informasse o Conselho das razões das propostas constantes do Despacho nº 1/2014, de 10 de janeiro, tendo este explicado, detalhadamente, as necessidades funcionais dos serviços, assim como todos os pressupostos que presidiram à criação das unidades orgânicas bem como ao despacho de nomeação dos Chefes de Equipa. -----

----- Explicou, ainda, o Primeiro Secretário Executivo que o teor do despacho está perfeitamente enquadrado com os Estatutos e com o Regulamento de Serviços. -----

----- Colocado a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou por maioria, com 12 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções (municípios de São Pedro do Sul e de Vila Nova de Paiva), representando 246.427 eleitores a favor, 0 eleitores contra e 24.166 eleitores que se abstêm, aprovar os mesmos. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara de Mangualde, Eng. Joaquim Patrício, apresentou declaração de voto nos termos seguintes: -----

----- *"O meu voto favorável prende-se com o facto de ser uma proposta do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal e que é a ele que cabe dirigir os serviços, sendo ele merecedor da minha confiança."* -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo ponto da ordem de trabalhos** o Senhor Presidente do Conselho começou por explicar, pormenorizadamente, o enquadramento legal a que se encontra sujeito este tipo de procedimentos. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o mesmo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos** o Senhor Presidente informou os presentes do conteúdo do Relatório Final bem como sobre o ponto de situação da candidatura, tendo alertado para a morosidade da tramitação processual da Estrutura de Missão e que isso estava a condicionar a ação da CIM no processo. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o mesmo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezanove horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por quem a redigiu. -----

Jose Carlos Oliveira Almeida
Jose Carlos Oliveira Almeida